



O caravanismo e o campismo selvagem continuam a crescer em áreas sensíveis da região e já assumem "proporções incontroláveis"

GOVERNO PONDERA MEDIDA PARA TRAVAR CAMPISMO SELVAGEM

Multas passam a ser pagas no momento da infração

Polvilham a paisagem do Algarve de uma ponta à outra, mas sobretudo em zonas próximas da água ou em cima de falésias. Acusados de "maltratar" o ambiente, os caravanistas crescem todos os anos em vários locais, com especial incidência

na Costa Vicentina. Face a este problema, que se arrasta há mais de 15 anos sem uma solução à vista, o JA sabe que o Governo está a ponderar a possibilidade de as coimas serem pagas no momento da infração

> Nuno Couto

O Governo poderá avançar em breve com uma proposta de lei que visa a cobrança de multas no momento da infração relativa à prática de campismo e caravanismo selvagem.

Este é um problema que se arrasta em várias zonas da região algarvia há pelo menos 15 anos, mas a situação é cada vez mais grave em zonas sensíveis, como o parque natural da Costa Vicentina, no litoral dos concelhos de Aljezur e Vila do Bispo. A GNR desloca-se com frequência aos locais mais procurados por caravanistas e campistas, levantando diversas coimas, mas estas parecem não surtir efeito.

Já no longínquo ano de 2002, a Câmara de Aljezur pediu medidas legislativas "urgentes" para impedir o campismo e caravanismo selvagem nas praias e dunas do parque natural, mas os pedidos não foram ouvidos.

Quinze anos depois, a autarquia confirma que se verifica um "crescimento do campismo selvagem", ao longo de 40 quilómetros da costa do concelho de Aljezur, assumindo a prática de caravanismo fora dos parques de campismo "proporções incontroláveis".

A realidade mostra que pouco ou nada mudou desde 2002, aquando dos gritos de protesto da câmara municipal e de vários movimentos ambientalistas. "O parque natural tem-se tornado, ano após ano, no local ideal para o desenvolvimento de formas de alojamento em contacto com a natureza, mas contrárias ao espírito da conservação, qualidade e ao desenvolvimento da economia local", levando à "destruição das dunas, vegetação e das arribas", afirmava a autarquia em 2002... e mantém tudo o que disse em 2017.

No pico do verão, mas também em épocas tradicionalmente baixas do turismo al-

garvio, é possível ver centenas de caravanas que pernoitam nos estacionamento das praias e sobre as arribas. Por outro lado, dormir em tendas junto às praias, nas arribas e em outros locais, tem vindo a ganhar espaço no concelho abrangido pelo parque natural. E até há mesmo pessoas a viver em caravanas o ano todo, sendo recorrente a realização de fogueiras durante a noite, incluindo em pleno verão e em locais que podem dar origem a incêndio. E isto acontece apesar de existirem no concelho parques de campismo e áreas de acolhimento para estes veículos!

Menos 50% de vigilantes da natureza nos últimos 15 anos

No final do ano passado, a Associação Portuguesa de Guardas e Vigilantes da Natureza (APGVN) também já alertava que o campismo selvagem, o caravanismo e os pas-

seios todo o terreno "fora de controlo", estarão na origem da eventual destruição do parque natural.

A APGVN dá como exemplo os 100 quilómetros de costa do parque do sul do país, que vão sendo destruídos os habitats e os ecossistemas, ao mesmo tempo que o número de vigilantes da natureza vai caindo, "50% nos últimos 15 anos".

A questão foi novamente levantada, na semana passada, pela deputada do CDS-PP, Teresa Caeiro, depois de, em novembro de 2016, há precisamente um ano, o gabinete do ministro do Ambiente ter revelado que estava previsto, para 2017, a eliminação de acessos a determinadas zonas de elevada sensibilidade ecológica, para atenuar a destruição em curso do parque natural. "No entanto, um ano depois, a situação mantém-se inalterada", denuncia a deputada Teresa Caeiro, que desta vez não obteve qualquer res-

posta do ministro do Ambiente.

Governo pondera solução para travar ilegalidades

No entanto, o JA sabe que o Ministério do Ambiente está a ponderar a possibilidade de as coimas devidas pela prática de contraordenações ambientais poderem ser pagas no momento da verificação da infração. Isto, porque, reconhece agora que "persistem comportamentos desadequados e situações por resolver, pelo que há ainda muito a fazer".

"É uma solução em ponderação (multas no momento), na medida em que permitiria retirar complexidade e morosidade aos processos - muitos deles na área do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina -, tendo como infratores cidadãos estrangeiros, relativamente aos quais é particularmente difícil conhecer os sinais exigidos por lei

para as notificações", admitiu recentemente o Governo, através do secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares em resposta às perguntas vantadas pela deputada Teresa Caeiro.

Esta medida já tinha sido defendida pela APGVN, no final do ano passado, através de uma proposta de mudança de lei-quadro das contraordenações ambientais, instituir que as multas sejam pagas no momento da fiscalização.

O Governo poderá, assim, avançar com esta medida em breve, até porque o Ministério do Ambiente reconhece agora que "as situações latentes, que infelizmente constituem novidade, são uma preocupação (...) e traduzem num problema de dimensão significativa, por ocorrerem de forma dispersa em todo o território do parque natural, que abrange uma área significativa do Algarve e do Alentejo (faixa litoral com 110 quilómetros

NERA E UNIVERSIDADE DO ALGARVE PROMOVEM FÓRUM REGIONAL EM LOULÉ

Internacionalizar é o caminho para as empresas algarvias

Potenciar o sucesso da internacionalização das PME (pequenas e médias empresas), localizadas nos territórios de baixa densidade, é o grande objetivo do Projeto Internacionalizar + Algarve, apresentado há pouco mais de um ano, pelo NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve e pela Universidade do Algarve (UAig).

Neste âmbito, realiza-se no próximo dia 21 de novembro, pelas 17h30, nas instalações do NERA, em Loulé, o Fórum Regional para a Internacionalização.

"O Projeto Internacionalizar + Algarve, que beneficia do cofinanciamento do CRESC Algarve 2020, tem como objetivo

potenciar o sucesso da internacionalização das PME's localizadas nos territórios de baixa densidade do Algarve, especialmente nos setores do turismo e lazer, mar e agroalimentar, bem como reforçar a notoriedade internacional da marca Algarve", adianta a direção da associação empresarial algarvia, liderada por Vítor Neto.

Neste sentido, no decorrer do Fórum Regional para a Internacionalização serão apresentados os produtos e resultados deste projeto, em particular o "relatório de avaliação do potencial de internacionalização dos territórios de baixa densidade do Algarve", bem como os testemunhos dos empresários, consultores e prospe-

tores internacionais que participaram no mesmo.

Mostra de produtos agroalimentares

Ainda no mesmo dia (21), entre as 9h30 e as 17h30, realizar-se-á, também, nas instalações do NERA, uma "mostra de produtos agroalimentares dos territórios de baixa densidade do Algarve", na qual as empresas aderentes exporão os seus produtos agroalimentares a todos os interessados, em particular, aos prospectores comerciais dos quatro mercados-alvo deste projeto e às empresas da região convidadas para o efeito.

